

A VII Assembléia Geral do Conselho Mundial de Igrejas na Percepção de uma Leiga

Cerise Tereza Pahl

De 7 a 20 de fevereiro de 1991, realizou-se em Camberra, Austrália, a VII Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas. A assembléia reuniu representantes de 317 igrejas-membro, observadores de igrejas associadas e outras. O tema “Vem, Espírito Santo, renova toda a criação” foi a oração que mais de 3.000 pessoas fizeram diariamente; foi também o desafio ao reconhecimento dos limites das nossas boas intenções como cristãos diante da destruição da vida.

As impressões que cada participante traz para sua Igreja são, no mínimo, tão diversas quanto o foram as formas de participação na assembléia. Haverá os que dirão que a assembléia renovou o mundo cristão. Em contrapartida outros afirmarão que a assembléia não passou de uma grande confraternização. Não posso afirmar nem uma nem outra coisa. Limito-me, nesse texto, a repartir impressões, dúvidas, preocupações, esperanças.

O Conselho Mundial de Igrejas (CMI) é um dos mais importantes fóruns ecumênicos da atualidade. Procura promover o encontro das igrejas e movimentos cristãos: — desafiando igrejas a considerar outras formas de expressão do ser Igreja, oportuniza sua localização no espaço ecumênico, assim como uma constante avaliação de sua identidade; — desafiando as igrejas a perceberem de forma global o processo histórico no qual participam, oportuniza espaços para a descoberta de preocupações comuns e para denúncia do tratamento diferenciado dado às pessoas. Como entidade representativa das igrejas, procura ser voz profética que denuncia a destruição da vida.

A VII Assembléia foi expressão concreta do clamor por auxílio do Espírito Santo para impedir a destruição da vida. A partir do estudo do tema foram denunciados a guerra como solução para a paz, o genocídio dos povos indígenas, tendo por pano de fundo a situação dos aborígenes australianos, estruturas e sistemas opressivos (*apartheid*, questão da dívida externa, entre outros).

Para compreender melhor a VII Assembléia do CMI é preciso considerar que toda assembléia estabelece um espaço de encontro e como tal desafia ao diálogo. As pessoas/entidades que integram esse espaço participam do diálogo de forma diferenciada. A questão ganha complexidade à medida que pessoas/entidades lutam por um espaço maior do que o que lhes é conferido ou lutam pela hegemonia do espaço.

Para entender o espaço de diálogo/luta, convergência/divergência que uma assembléia cria é necessário identificar os atores e o peso de sua participação. No caso da assembléia, que ocorre de 7 em 7 anos, os principais

atores são, segundo os estatutos do CMI, as igrejas. As igrejas-membro e igrejas associadas (em fase de filiação) participam da assembléia através de delegados, cujo número é determinado pelo número de membros declarado por cada Igreja. Existe um número mínimo e um número máximo de representantes por Igreja. No caso da IECLB foram nomeados quatro representantes (1 pastor, 3 leigos/2 homens e 2 mulheres). Participam também observadores de igrejas não-cristãs.

Além das igrejas participam da assembléia representantes de movimentos e entidades, assessores e pessoal administrativo escolhido pelo corpo burocrático do CMI, que tem por sede a cidade de Genebra, na Suíça.

Delegados e observadores perfazem aproximadamente um terço da assembléia, sendo os demais dois terços compostos pelos representantes e assessores nomeados pela sede do CMI. Para entender essa proporção ou desproporção é preciso considerar a intenção manifesta do CMI de apoiar movimentos e entidades que surgem nas igrejas ou ao lado das igrejas. Esse apoio expressa-se concretamente através da subvenção financeira. A questão que se levanta é se essa intencionalidade coopera para uma participação equilibrada das formas estruturadas existentes no mundo cristão (igrejas, movimentos, entidades, etc.).

O que se percebe é que o apoio a movimentos e entidades acontece por estes serem considerados detentores de potencial transformador. A questão não pode ser colocada em termos de certo/errado, porque não refletiria a realidade e porque esconde a meu ver uma dimensão pouco considerada: movimentos impõem sempre um remanejamento no espaço cristão, quer seja a nível local ou outro nível. Podem ser renovadores, trazendo para o debate outros paradigmas. Sua capacidade de renovação do espaço eclesial depende de um constante repensar de sua prática e teoria, acompanhando as transformações que a própria vivência diária impõe. O que por vezes se desconsidera é que movimentos tendem a se estruturar e a legitimar a sua prática através dessa estruturação. Não perdem com isso necessariamente sua capacidade renovadora, assim como as igrejas necessariamente também não o perderam.

Há uma solicitação expressa do CMI que cada Igreja observe, na nomeação de sua delegação, uma representatividade mínima de 20% para jovens e 40% para mulheres. A VII Assembléia não alcançou as percentagens projetadas. Jovens e mulheres articularam-se e realizaram pré-assembléias com o objetivo de preparar os respectivos delegados para uma participação mais efetiva na assembléia geral. A pré-assembléia de mulheres, por exemplo, trabalhou com base num manual que apresenta de forma acessível as diversas possibilidades de participação. Discutiu o tema central, sob a ótica da mulher, trazendo à consciência de muitas de nós a sensibilidade específica da visão da mulher em lidar com determinadas problemáticas, possibilitando assim um diálogo mais rico nos trabalhos em grupos que ocorreram na assembléia geral.

A participação de jovens e mulheres traduz outra desproporção. Nem mulheres nem jovens são minoria, nem na sociedade nem na Igreja. Sua participação é que é marginal. À medida que lutam e obtêm maior espaço de participação provocam um remanejamento no espaço eclesial. Essa luta não acontece sem resistências. Há que se discutir amplamente a questão. Se por um lado há uma luta consciente por mais espaço, por outro há uma concessão de espaço que é preciso avaliar até que ponto é salutar para a luta de mulheres e jovens. O CMI determina, por exemplo, que a representatividade de mulheres e jovens também seja observada na nomeação, pela assembléia, do Comitê Central e das Presidências. Introduzem-se assim outros critérios (o de sexo e de idade) que podem vir em detrimento de um critério que sempre deveria ser buscado: o de qualidade. Por qualidade entendo aqui a capacidade de participação e representatividade efetiva.

Têm igualmente peso na participação fatores doutrinários, por exemplo a supremacia ortodoxa e sua capacidade de exercer pressão. Algumas impressões (mesmo sem entender a complexidade da disputa doutrinária): os ortodoxos traduzem uma imagem de corpo coeso e não multifacetado como os demais cristãos; apesar de suas diferenças internas e possivelmente devido à forte hierarquização defendem posições consensuais; limitam a participação de mulheres, jovens e leigos; nomeiam como sua delegação um corpo de especialistas.

Também na VII Assembléia os participantes estiveram divididos em primeira, segunda e terceira categorias, conforme sua procedência (Primeiro, Terceiro Mundo). A impressão é que estas divisões são trazidas para dentro do espaço da assembléia acriticamente (não que se as possa apagar, mas certamente deverá ser possível trabalhá-las). A divisão reflete ainda outro desnível: o do acesso à linguagem e conceitos usados. Normalmente os códigos adotados são aqueles usados pelo Primeiro Mundo.

A linguagem, os conceitos adotados por uma assembléia, também a do CMI, são específicos. Esses códigos podem ser do domínio geral dos participantes como estar restritos a uma parcela. A democratização acontece, é verdade, até um certo nível. À medida que conceitos vão se complexificando, adotando mais conteúdo que forma, a marginalização vai se efetuando. O povo, que é convidado para a assembléia, e que lida mais facilmente com a forma que com o conteúdo, perde a certa altura o acesso à discussão. Geralmente essa perda se dá em questões a nível decisório. (Uma impressão que fica é que usamos o povo, seu conhecimento, sua ótica diferenciada até onde nos convém e com esse conhecimento justificamos nossas posições como cristãos na estrutura da Igreja e de movimentos.) Uma preocupação que permanece: o CMI tem capacidade e interesse em criar um espaço democratizado da informação e da decisão. Tenho esperança que essa seja a luta do CMI, haja vista iniciativas tomadas nos últimos anos.

A percepção de uma assembléia tem de considerar a conjuntura do espaço que ela cria. Como mulher, como leiga, como delegada do dito "Ter-

ceiro Mundo”, as impressões que ficam são contraditórias. Não deixam de refletir em parte a própria contraditoriedade na qual vivemos como Igreja e como sociedade. A questão que permanece aberta é até que ponto a Igreja, no caso também o Conselho Mundial de Igrejas, tem capacidade de criar um espaço alternativo para o diálogo e para a prática que não necessariamente desconsidere as diferenças existentes (algumas das quais apontadas neste texto), mas que construa o diálogo e a prática a partir de uma análise crítica dessas diferenças, estabelecendo novos paradigmas para o ser Igreja na atualidade.

Cerise Tereza Pahl
Secretária na Administração da IECLB
Caixa postal 2876
90001 — Porto Alegre — RS